



Anais da Assembléia

N.63

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE JUNHO DE 1986

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 51.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 1986.
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nelson Buffara, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Edmar Luiz Costa.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO

Sob o n. DTL/130/86, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n. 74/85, o qual convertido em lei tomou o n. 8.322. Anote-se - Arquite-se

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a inserção em Ata de um voto de profundo pesar, pelo falecimento, em Curitiba, aos 56 anos do Senhor MIGUEL JACOB STUBERT. O extinto era viúvo da Senhora Marli Paes Stubert, deixando três filhos. Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja cientificada a família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1986.

(a) AIRTON CORDEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Luiz Leopoldo Mercer, ocorrido recentemente em nossa Capital.

O Senhor Luiz Leopoldo Mercer, era advogado, funcionário do Tribunal de Justiça, de família tradicional de Tibagi, e sempre demonstrou denodo em suas ações e como alicerce de família foi um exemplo sem par.

Neste momento de dor, não poderia, Senhor Presidente, deixar de solicitar, a inclusão nos Anais deste Poder Legislativo do voto de pesar pelo passamento do Senhor Luiz Leopoldo Mercer, ficando na lembrança seus exemplos de dignidade, fé cristã, trabalho e dedicação.

Requer, ainda, que da manifestação da Casa, seja dado conhecimento à família enlutada, na pessoa do seu filho Senhor Carlos Eduardo Mercer, à Rua Dr. Faivre, 100 - ap. 42, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1986.

(a) IVAN GUBERT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na ata da sessão de hoje, um voto de congratulações ao jornalista Paulo Max, Diretor-Superintendente da Rede Capital de Comunicações, pelo excelente trabalho desenvolvido pela Rádio Capital Curitiba AM.

Paulo Max, uma figura tradicional da comunicação brasileira, está de parabéns pela verdadeira revolução que tem feito

nesse importante cargo, fazendo com que cada emissora da rede seja um instrumento a serviço da comunidade.

Em Curitiba, a Rádio Capital, pela habilidade e invejável capacidade do Diretor-Superintendente da rede, Paulo Max, tem tido, igualmente, participação das mais expressivas como porta voz dos anseios dos paranaenses.

Trata-se de um trabalho sério, digno do registro e da homenagem desta Assembléia Legislativa, para que outras estações de rádio trilhem também por esse caminho.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao Superintendente da Rede de Capital de Comunicações, Paulo Max, à Avenida 9 de julho, 3939, em São Paulo, com votos de êxito profícuo em tão nobre missão.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ora subscreve, REQUER, ouvido o Plenário, seja registrado votos de congratulações ao Diretor proprietário do "Jornal do Estado", Roberto Barrozo Filho, bem como aos demais funcionários deste conceituado veículo de comunicações, pela passagem do seu terceiro aniversário, que será comemorado amanhã.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI

Líder do PDT

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Douto Plenário, que seja designado representante da Assembléia Legislativa para se integrar à caravana de paranaenses que irá à Brasília para entrevistas com o presidente José Sarney, dia 19 do corrente, e em seguida para Carajás, para conhecer o sistema ferroviário integrado, com vistas à construção da Ferrovia da Produção em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1986.

(a) MÁRIO PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

É de suma importância a integração do Poder Legislativo do Estado do Paraná nos esforços para a construção da Ferrovia da Produção, ligando o Oeste do Paraná e Sul do Mato Grosso ao Porto de Paranaguá, para o perfeito escoamento da farta produção agrícola. Nessa viagem irão Prefeitos de Municípios paranaenses e sul matogrossenses, além de representantes de Associações Comerciais e Industriais e Cooperativas e demais entidades ligadas à agricultura. A

Curitiba, terça, em 17.06.86

representação político-parlamentar virá somar substancialmente para que se conquiste uma decisão rápida e favorável de Brasília nesse sentido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma regimental, REQUER, o encaminhamento de expedientes do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, José Sarney, e ao Presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, jurista Affonso Arino de Mello Franco, encarecendo da importância de que a futura Carta Magna contenha expressa disposição vedando a intromissão do Estado nas áreas econômicas tradicionalmente ocupadas, nos regimes democráticos, pela iniciativa privada.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1986.

(a) EDGARD PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

Estamos assistindo a crescente invasão do Estado na economia do País, com inequívocos prejuízos ao empresariado brasileiro. Esse intervencionismo praticado a pretexto de resguardar o interesse coletivo, acaba se tornando extremamente nocivo ao desenvolvimento econômico. O Estado, via de regra, é péssimo administrador e a gerência que desempenha geralmente acaba por ser ruinosa. Somente nas verdadeiras democracias, onde o primado da livre iniciativa é resguardado, prosperam a indústria, a agricultura e o comércio com benéficos efeitos sobre a sociedade. Já que os regimes totalitários intervencionistas acabam por estacar o crescimento econômico, seja pelos erros dos tecnocratas, seja pelo perfil filosófico imposto à comunidade.

O Brasil sofre um hibridismo inexplicável; de um lado aladeiam-se os benefícios da democracia liberal, como discurso demagógico, de outro, atrofia-se a iniciativa privada pela excessiva presença do Estado no mundo econômico.

Exemplo mais recente é a importação de produtos primários por parte do Governo Federal, com evidentes danos aos interesses produtores. Com o enunciado intuito de proteger segmentos econômicos que integram o universo social do País.

Impõe-se, portanto, a incorporação ao futuro texto constitucional de expressa disposição proibitiva à ingerência do Estado na importação de produtos primários. Note-se que o empresariado não pode hoje importar produtos similares aos fabricados no País. Contudo, ao poderoso Estado todas as facilidades e franquias são abertas para importar elevados volumes sejam de milho, feijão, arroz ou carne, sem que essa prática se constitua em infração legal. As

leis são impostas apenas aos súditos e nunca ao trono imperial em que o Estado intervencionista repousa incomensurável poder.

Ou a futura Constituição extinguirá a abusiva presença do Estado na economia ou o projeto democrático brasileiro estará fadado ao mais absoluto fracasso.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando da mesma providências no sentido de viabilizar a implantação do curso de magistério no Município de São Jorge do Patrocínio.

Tal solicitação prende-se ao fato de ser esta antiga e justa reivindicação da comunidade daquele município e que muito benefício trará aos estudantes que pretendem seguir a carreira do magistério.

REQUER, outrossim, após a decisão deste douto Plenário, seja dada ciência à Câmara de Vereadores daquele município.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1986.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Paraná está, já há alguns anos, com uma crise em seu sistema telefônico, possuindo uma demanda reprimida de dezenas de milhares de linhas.

A TELEPAR é uma empresa superavitária, porém não pode reaplicar os seus lucros. Parte de seus lucros é obrigatoriamente depositado para a TELEBRÁS - SEPLAN, via Banco Central.

Diante da situação de crescente estabilidade econômica e tendo em conta as necessidades do setor de telefonia do nosso Estado, é possível e indispensável que os lucros da TELEPAR sejam reinvestidos no Paraná.

Assim sendo, atendendo moção aprovada por unanimidade na Câmara Municipal de Guaraniaçu, favorável ao requerimento do Vereador Walter Domingos, de Mandaguari - PR, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações, Doutor Antônio Carlos Magalhães, solicitando do mesmo providências no sentido de desobrigar a TELEPAR de fazer aquele depósito compulsório, e que os referidos recursos sejam aplicados em territórios paranaense, particularmente na telefonia rural.

Outrossim, solicita que da decisão do Plenário seja dado ciência aos Senhores

Vereadores na Câmara Municipal de Guaraniaçu.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1986.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, solicitando da mesma providências no sentido de corrigir os salários dos Auxiliares Administrativos II, regidos pela CLT e contratados em fevereiro próximo passado.

Os servidores em questão foram contratados para cumprir uma jornada diária de oito horas de trabalho, percebendo o salário mensal de Cr\$ 1.289.000, sendo que teriam o primeiro reajuste salarial em maio de 1986.

O Decreto-Lei n. 2.283, que instituiu o Plano de Estabilização Econômica, fixou o salário-mínimo em Cz\$ 804,00 (o que significou uma elevação do mesmo, pois o salário-mínimo vigente na época era de Cr\$ 600.000).

Está, portanto, ocorrendo uma certa defasagem no ganho real dos celetistas contratados como Auxiliares Administrativos II, o que exige medidas no sentido de corrigir tal distorção.

É o apelo que fazemos a Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, confiantes de que ela saberá corresponder a nossa expectativa.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1986.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor João Elísio Ferraz de Campos, expediente solicitando-lhe o envio de mensagem a esta Casa propondo pensão especial de 3 (três) salários mínimos regionais à escritora Maria Nicolas.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Este Parlamentar, desejando tributar merecida homenagem à escritora Maria Nicolas, optou pela concessão de uma pensão especial, ao invés de fazê-lo com outorga do Título de Cidadania, por ver naquela a melhor maneira de premiar a quem tem se destacado prestando valiosos serviços à cultura paranaense, mantendo bem viva a memória dos seus vultos históricos, bem

como pela expressiva produção literária desenvolvida.

Maria Nicolas, apesar de contar com 86 anos, não esmorece e continua trabalhando incansavelmente, seja escrevendo como pintante, e tem dado um exemplo edificante à nossa juventude pela sua força de vontade, pela sua pertinácia no esforço de ver os seus escritos publicados.

Membro atuante da Academia Feminina Paranaense de Letras, honra, sobremaneira essa instituição.

Aposentada do serviço público estadual, vem auferindo parcos rendimentos e é nossa opinião que, o Estado, cumpre assisti-la melhor, muito embora de forma modesta, concedendo esse auxílio pecuniário.

Anexo relação das obras por ela publicadas e que dizem bem do seu fecundo trabalho, já do conhecimento dos eminentes Pares com assento nesta Casa, esperando o seu apoio e aprovação ao presente.

CURRICULUM VITAE

NOME: MARIA NICOLAS

FILIAÇÃO: LÉON NICOLAS

JOSEPHA MARIA NICOLAS

NATURALIDADE: CURITIBA - PARANÁ

DATA DO NASCIMENTO: 10 de setembro de 1899

ESTADO CIVIL: VIÚVA

VIDA CULTURAL: Professora Normalista, 1916 - Bacharel em Pedagogia 1949, Licenciada em 1950, Curso de Teatro.

VIDA PROFISSIONAL: Magistério primário em Escolas da Capital e do Interior, Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado, manteve Curso Particular de aulas primárias, de preparação ao Ginásio Paranaense e à Escola Normal e de repetição de matéria.

ATIVIDADES CULTURAIS: Colaborou no "Diário da Tarde", com o pseudônimo de Lamaris, no "O DIA", idem. Publicou livros: "Ensaio - E as Rosas Morreram", "Tornamos a Viver" e "Amor que Redime", novelas: "Porque me Orgulho da Minha Gente", "Meus Apontamentos", "Ensino de Verbos", "Páginas Escolhidas", "Paraná de Antanho", "Vultos Paranaenses", 4 volumes; "Almas das Ruas", "Cidade de Curitiba", 1.º e 2.º volumes; "Paranaguá, São José dos Pinhais, Santo Antônio do Sudoeste e Rio Negro", didáticos; "Cem Anos de Vida Parlamentar", "Senadores e Deputados Federais"; históricos; "Inverno Florido", Trovas. Resumo Histórico do Poder Legislativo; "Sete Artigos", "Teatro Infantil" e "Páginas Curitibanas". - Foram encenadas as suas peças teatrais: "Vingança de Mulher" e "Não Perdes por Esperar"; e, televisionada, "Peripécias de um Avaro".

SOCIEDADES CULTURAIS:

Pertence ao Centro de Letras do Paraná, Academia de Letras "José de Alencar", Pen

Clube do Brasil; Sociedade Brasileira de Trovadores, Seção do Paraná; Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Instituto Histórico e Geográfico e Etnográfico Paranaense, Academia Feminina de Letras do Paraná (Cadeira n. 24 - Patrona: Professora Annete Clotilde Portugal Macedo). Nos VI Jogos Florais Instituído pela Prefeitura, de colaboração com a Academia de Letras "José de Alencar", foi premiada com medalha de prata. A Cia. Vinícola Riograndense, homenageou-a no Programa levado a efeito pela "PRB-2", em 24/6/1956. Recebeu homenagem do Programa de Ivon Cury, como a "VOVOZINHA", "Canal 6"; dia 28/9/1970. A 1.º de outubro de 1969, recebeu homenagem da direção do Colégio "Coração de Jesus", quando foi encenada sua peça teatral infantil "Sinais de Trânsito". Participou da Coletiva de Primitivos Paranaenses, organizada pelo Encontro de Arte Moderna em "A Galeria" - Móveis Paciornick, 1969; a 18/1/1971, realizou exposição de quadros na Galeria do "Teatro da Praça", em colaboração com o escultor primitivo, Antônio Alves Ferreira. Em 17 de maio recebeu homenagem do Programa "Mulher 70", do Canal 6 de Curitiba. Apresentou a tese "Jornal, livro de pobre", ao Congresso de Jornalistas e ao 1.º "Encontro de Mulheres", realizado no Rio de Janeiro, em outubro de 1972. Na 1.ª Festa Paranaense do Livro, VIII Jogos Florais, patrocinada pela Secretaria de Educação e Cultura, Diretoria de Assuntos Culturais, esteve presente; assim na Academia Paranaense de Letras, Sindicato de Escritores Profissionais do Paraná e Câmara Brasileira do Livro. Também na TAP - Transportes Aéreos Portugueses, em comemoração ao Ano Internacional do Livro, ocasião em que MARIA NICOLAS recebeu Diploma e Medalha Dourada por sua brilhante participação, em 6 de outubro de 1972.

DESTAQUE

Agora que se comemora o Centenário de Nascimento da Emérita Professora JÚLIA WANDERLEY, saiba-se que esta, ao se ausentar do Magistério, escolheu MARIA NICOLAS para substituí-la, por questão de saúde.

O "Centro Paranaense Feminino de Cultura", por seu quadro associativo homenageou MARIA NICOLAS, simbolizando a professora paranaense, em seu dia, comemorado em outubro p.p., ela que se propõe realizar trabalho de pesquisa, invulgar, inclusive um "Dicionário das Ruas de Curitiba", cuja lacuna se fazia sentir há muito. Pintora primitiva, de grande sensibilidade, digna e modesta, incansável e fecunda, é razão bastante da nossa homenagem.

CENTRO PARANAENSE FEMININO DE CULTURA

XXXII Volume Editado

CURITIBA - 1974

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Presidência deste Poder as seguintes informações:

a) Quantos veículos automotores possui a Assembléia Legislativa?

b) Quantos se destinam ao uso dos Deputados que ocupam cargos na Mesa e funções de liderança partidária? Discriminar destacadamente.

c) Quantos se destinam à administração da Casa? Em que setores?

d) Quantos se destinam ao serviço de assistência social?

e) Especificar as características de cada veículo e o ano em que foram adquiridos. Informar de quem é a responsabilidade desses veículos e a que gabinetes estão destinados.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1986.

(a) AIRTON CORDEIRO.

JUSTIFICATIVA:

Oral, de Plenário.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 135/86

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarado de Utilidade Pública o "HOSPITAL OSWALDO CRUZ", com sede e foro no Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1986.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

O "HOSPITAL OSWALDO CRUZ" foi declarado de Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal n. 356, de 09.08.71. É reconhecidamente uma entidade sem fins lucrativos e presta inestimáveis serviços à comunidade.

Os documentos que apresentamos em anexo cumprem o disposto na Lei n.6994, de 10.01.78, que regula os Projetos de declaração de Utilidade Pública.

Confiamos, portanto, na manifestação favorável dos nobres pares.

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara)- Está finda a leitura do expediente. No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado

Tadeu França.

O SR.TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Acabo de receber um apelo, que apenas por si revela que de fato o Brasil mudou. Apesar do sigilo sobrado pelos interessados, uma comissão de soldados e cabos da Polícia Militar do Estado movimenta-se no anonimato, mas pedindo esta que, no Brasil Constituinte, outorgado lhes seja também, o DIREITO DE VOTAR. Timidamente, consideram que pedir o direito de ser votado já seria "ousadia em excesso", mas ponderam que se agora o analfabeto vota, porque negar este direito ao policial, ele que é o povo também?

Votar e ser votado é exercitar o direito maior de cidadania. E é por isso que em todas as nossas forças de segurança, independentemente de graduações ou hierarquias, uma só deve ser a lei que regula o exercício deste direito maior. Polícia não é robô, e ser pensante. Cidadão consciente que é, a política tem que lhes dizer respeito. Dotado de racionalidade, o homem que é havido como responsável pela segurança do País, precisa ser também descoberto... como capaz de votar.

Vamos todos juntos, no Brasil Constituinte, abrir mais este caminho. A proibição de voto ao soldado é entulho de uma ditadura que pretendemos esquecer. A propósito, é necessário repensar o papel do policial em todas as dimensões, e em discussão aberta e global, onde ele possa ter voz.

Por mais paradoxal que pareça, a verdade é que os soldados que agora se movimentam, pedindo não mais que o direito sagrado de votar, mesmo ao céu aberto e em pleno dia de Nova República, ainda se manifestam gaguejando e com "medo de represálias", caso descobertos venham a ser como autores do que para eles ainda continua sendo uma distante e quase inacessível bandeira, reflexo este de um passado em que o soldado nada mais era que um autômato acionado por controle próximo ou remoto, mas de cérebro totalmente voltado para os gritantes imperativos de "ordens cegas por serem cumpridas". Ora, o "viver sem razão" preconizado por Geraldo Vandré não pode ser refrão a continuar em vigência para o SOLDADO DA DEMOCRACIA.

Policial de um tempo novo, a causa do voto precisa ser também a causa dos nossos militares porque eles são também parte da Pátria.

É por esta razão que, em que pesem os imperativos de ordem legal atualmente vigentes, nós pretendemos e enfatizamos em termos de registro por esta Casa de Leis, que seja uma bandeira para que num futuro bem próximo, soldados, cabos, as nossas forças de segurança do Exército, da Polí-

cia Militar do Estado, todos enfim possam participando mais concretamente exercitar esse direito sagrado que a eles deve também dizer respeito.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara)- Não há mais oradores inscritos, nem no Pequeno e nem no Grande Expediente.

No horário das Lideranças, solicito à Liderança do PMDB se fará o uso do seu horário.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Declinamos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Consulta a Liderança do PCB se fará uso do seu horário. (Declina).

Consulta a Liderança do PDS se fará o uso do seu horário.

O SR. TUGUIO SETOGUTE - Declinamos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Consulta a Liderança da Frente Liberal se fará uso do seu horário.

O SR. PÉRICLES PACHECO DA SILVA - Declinamos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Consulta a Liderança do PDT se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos encaminhando à Mesa, requerimento de informações no qual solicitamos à Presidência deste Poder esclarecimentos que julgamos realmente valiosos para que se coloque a Assembléia Legislativa do Paraná de uma forma digna junto à população do Estado.

O Deputado Rubens Bueno foi à Tribuna ontem e levantou uma questão extremamente séria, que revela a inoperância das Comissões Técnicas deste Poder, face à apresentação de um projeto de resolução, em 1984, e que até o dia de hoje não veio à Ordem do Dia.

Devo lembrar também, que temos matérias tramitando nesta Casa, desde 1983 e que não foram incluídas na Ordem do Dia; como por exemplo, a criação do Conselho Paranaense da Política de Emprego que se encontra até o momento com o relator da matéria, na Comissão de Constituição e Justiça, o Deputado Tadeu Lúcio Machado.

Vivemos, nas últimas horas, o constrangimento público de uma informação

que denigre a Assembléia, que enxovalha o seu conceito e que a envolve de uma forma muito danosa, a apreensão de um contrabando de um veículo destinado ao trabalho deste Poder.

Pois bem! Estamos encaminhando um requerimento à Mesa e solicitamos ao Senhor Presidente da Casa que urgencie a prestação destas informações para que possamos adotar outras providências que visem a moralizar o Poder Legislativo.

Hoje, li ainda uma declaração do eminente Deputado Anibal Khury quando indagado por um jornalista sobre o abalo moral da classe política. Disse o Primeiro Secretário da Casa que a classe política já está desmoralizada.

Façamos então, alguma coisa para que possamos retomar a confiança da opinião pública e para que possamos extirpar este matiz desmoralizador da atuação política em nosso Estado e em nosso País. É isto pura e simplesmente que queremos. Não estamos aqui absolutamente, para qualquer tipo de outra ação, mas tão somente para tentar resgatar este compromisso do Poder Legislativo com o povo do Paraná.

Este requerimento que encaminhamos à Mesa e que solicitamos seja brevemente respondido pela Presidência e pela Comissão Executiva, tem por finalidade obter as seguintes informações:

a) quantos veículos automotores possui a Assembléia Legislativa;

b) quantos se destinam ao uso dos Deputados que ocupam cargos na Mesa e funções de liderança partidária. E pedimos que haja uma discriminação detalhada da distribuição destes veículos;

c) quantos se destinam à administração da Casa e em que setores;

d) quantos se destinam ao serviço de Assistência Social;

e) pedimos que sejam especificadas as características de cada veículos e o ano em que foram adquiridos. Como também, solicitamos seja informado de quem é a responsabilidade por estes veículos e quais gabinetes estão destinados.

Devo lembrar ainda, que ontem o Deputado Basílio Zanusso, ao apartear o Deputado Rubens Bueno, trouxe à Casa a informação de que ao tempo em que foi Primeiro Secretário deste Poder, houve uma redução substancial da frota de veículos automotores da Assembléia Legislativa. E quer me parecer, salvo engano e não faço a afirmação, para não cometer provável injustiça, que a Comissão Executiva que precedeu a atual, e que também a atual Comissão Executiva tenha novamente retomado o inchaço da frota de veículos automotores do Poder Legislativo do Paraná.

Esta confrontação é importante que se faça, porque, se em administrações passa-

das foi possível administrar a Casa, fazer com que a Assembléia funcionasse com menor número de veículos automotores, da mesma forma agora poderíamos ter um funcionamento normal deste Poder, com um número reduzido de carros. Porque, além do número elevado atentar contra a austeridade pública, significa um consumo maior de combustível, também para este Poder. Além do que, significa um gasto de manutenção, um gasto com pessoal que não podemos avaliar e este poderá ser provavelmente o tema e o assunto de outro requerimento encaminhado à Presidência deste Poder.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Consulta a Liderança do PTB. (Declina).
Consulta a Liderança do P.L. (Pausa). Ausente.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.50/86, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que acrescenta o item VIII ao Título "Dos Distribuidores", da Tabela XVI (Atos dos Contadores, Partidores, Distribuidores e Depositários Públicos), constante do Anexo da Lei n.6.149, de 09/09/70. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com SUBSTITUTIVO GERAL e em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.25/86 (ex-Proposição n.71/86- Ofício n.004/86), oriundo do PARECER APROVADO por unanimidade da COMISSÃO DE CONTITUIÇÃO e JUSTIÇA, que aprova as contas da Caixa Beneficiente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, referente ao exercício financeiro de 1985. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Luiz Leopoldo Mercer, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Miguel Jacob Stubert, ocorrido nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo a remessa de mensagem a esta Casa, propondo Pensão Especial de (três) salários-mínimos regionais à escritora Maria Nicolas. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Diretor-Superintendente da Rede Capital de Comunicações, pelo excelente trabalho desenvolvido pela Rádio Capital Curitiba AM. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Secretária da Educação, encarecendo sejam corrigidos os salários dos Auxiliares Administrativos II, regidos pela CLT e contratados em fevereiro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro das Comunicações, encarecendo providências no sentido de desobrigar a TELEPAR a fazer depósito compulsório, o qual é depositado para a TELEBRÁS-SEPLAN, e que os referido recursos sejam aplicados em território paranaense. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, encarecendo a implantação do Curso de Magistério no Município de São Jorge do Patrocínio. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando seja designado representante desta Casa, para se integrar à Caravana de paranaenses que irá a Brasília, pra entrevista com o Senhor Presidente da República, no dia 19 de junho do corrente ano, e em seguida a Carajás, para conhecer o sistema ferroviário integrado, com vistas à construção da Ferrovia da Produção em nosso Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

A Mesa indica o Senhor Deputado Mário Pereira, como representante do Poder.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, contante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente desta Casa, encare-

cendo informações de quantos veículos automotores possui a Assembléia Legislativa. A Comissão Executiva, para se pronunciar.

O SR. GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu gostaria que Vossa Excelência mandasse proceder a leitura do requerimento do Senhor Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) A Mesa defere e irá proceder a leitura do requerimento.

(Lê o requerimento):

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Presidência deste Poder, as seguintes informações:

a) quantos veículos automotores possui a Assembléia Legislativa?

b) quantos se destinam ao uso dos Deputados que ocupam cargos na Mesa e funções de liderança partidária? Discriminar detalhadamente.

c) quantos se destinam à administração da Casa? Em que setores?

d) quantos se destinam ao serviço de Assistência Social?

e) especificar as características de cada veículos e o ano em que foram adquiridos. informar de quem é a responsabilidade desses veículos e a que gabinetes estão destinados.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 1986.

(a) Deputado AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

Oral, de Plenário".

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, em que pese a minha admiração pelo Deputado Airtton Cordeiro, mas pensando, Senhor Presidente, no adágio popular de que "roupa suja se lava em casa", eu acho que Deputado zeloso, meu amigo particular não devia responsabilizar a Casa pelo que está acontecendo. Devíamos Senhor Presidente e Senhores Deputados e Deputado meu amigo, Airtton Cordeiro, quem eu admiro e rendo minhas homenagens, não extrapolar um caso esporádico, porque esta Assembléia Legislativa é um exemplo de todas as Assembléias do Brasil. Para especificar, Deputado Airtton Cordeiro e Deputado presidente, no Estado de São Paulo cada Deputado tem um carro.

O que aconteceu foi um lamentável episódio que nós não podemos desmoralizar a nossa Assembléia Legislativa da qual eu estou saindo.

Pediria, Deputado Airtton Cordeiro, que retirasse seu requerimento e que fizesse as indicações externas ou internas para que se não ponha à execração pública este

Parlamento que está claudicando, perdoe-me Deputado Airtton Cordeiro, mas Vossa Excelência errou ao procurar deixar à execração pública a Assembléia Legislativa da qual Vossa Excelência pertence, que nós pertencemos.

Se um funcionário relapso usou e abusou da confiança depositada, Senhor Presidente, o mesmo poderia acontecer comigo, com Vossa Excelência, com qualquer Deputado e até com o Deputado Airtton Cordeiro. Como pode a Assembléia funcionar sem carros? É o sistema, Deputado Airtton Cordeiro, que eu quero divergir de Vossa Excelência. Sem querer bajular a Mesa Executiva, mas estou revoltado que ao sair deste Parlamento vejo denegrido o nome desta Assembléia, desses Deputados adversários e companheiros e pediria a Vossa Excelência, dentro da humildade peculiar de homem do interior, que retire este requerimento que a opinião pública poderá recair sobre Vossa Excelência e sobre nós. Que como acontece um funcionário do Deputado Fiori Luiz, poderia acontecer com Vossa Excelência.

Temos trinta carros, Deputado Nelson Buffara, atendendo a Assembléia. Veja o Estado de São Paulo, veja o Rio de Janeiro, veja os outros Parlamntos, que não têm a mordomia que necessário é para nosso Parlamento aqui.

Senhor Presidente, queria fazer um apelo ao meu amigo Deputado Airtton Cordeiro, que me perdoe pela ingerência indébita, mas não podemos por este Parlamento à execração pública. Vossa Excelência faz parte deste Parlamento que, com carinho, também nós fazemos parte. Estou saindo desta Assembléia com honra às amizades que dedico a todos os Parlamentares, mas peço humildemente que retire este requerimento esdrúxulo, porque não podemos, a não ser pensar no adágio popular "roupa suja se lava em casa".

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - (Pela Ordem) - Primeiramente eu solicito a Vossa Excelência que incorpore nosso pronunciamento ao requerimento que será a justificativa do próprio requerimento.

E apenas, por considerar o Deputado Gabriel Manoel e por respeitar Sua Excelência com o melhor apreço que eu tenho, devo dizer que não existe maior execração pública por esta Casa do que o fato divulgado nacionalmente na rede de televisão, no último domingo, quando foi apreendido um carro da Assembléia transportando contrabando.

Mantenho o requerimento e, evidentemente que o Plenário tem liberdade para votar esta matéria.

Muito obrigado.

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara) - Apenas para esclarecer ao Deputado Gabriel Manoel que o requerimento não vai ser apreciado neste momento.

O SR.GABRIEL MANOEL - (Pela Ordem)- Eu acho que o requerimento do Deputado Airton Cordeiro está certo, mas ele esqueceu dos companheiros; nós somos amigos. Esqueceu que podia acontecer com ele mesmo; pode acontecer amanhã. Então, a vingança pessoal, acho que não é do estilo do Deputado Airton Cordeiro. Então, deixo na mão do Deputado Airton Cordeiro este apelo que fiz, para que não extrapole, Senhor Presidente, Senhores Deputados, do público paranaense que admira o Deputado Airton Cordeiro, que está a fazer uma jogada pessoal, com a devida vênia, para que não ponha à execução pública a Assembléia Legislativa. Eu não sou ofendido, Deputado Airton Cordeiro. Quem é ofendido são todos os cinquenta e oito Deputados que pertencem a este Poder e tem a obrigação de zelar pela nossa terra, pela nossa causa e, evidentemente, por esta Augusta Casa.

O SR.PRESIDENTE (Nelson Buffara)- O requerimento será enviado à Comissão Executiva, para se pronunciar a respeito.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente solicitando o envio de Ofícios aos Senhores Presidente da República e Presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, encarecendo da importância de que a futura Carta Magna contenha expressa disposição vedando a intromissão do Estado nas áreas econômicas tradicionalmente ocupadas, nos regimes democráticos, pela iniciativa privada. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo providências para a concessão de reajuste salarial de 60% ao funcionalismo público estadual do Estado, incluindo-se os da ativa e aposentados, a partir de 1.º de julho do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do projeto de Resolução n. 25/86.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

10.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 4.^a LEGISLATURA
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quatro dias do mês de junho do ano de hum mil novecentos e oitenta e seis, com a presença dos Senhores Deputados EDUARDO BAGGIO, GERNOTE KIRINUS, ORLANDO PESSUTI, SABINO CAMPOS, WILSON FORTES, TÉRCIO ALBUQUERQUE e ERONDY SILVÉRIO, reuniu-se a Comissão de Agricultura, na Sala das Reuniões, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a Presidência na forma do artigo 40, do Regimento Interno, o Senhor Deputado ERONDY SILVÉRIO. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão e anunciou a realização da eleição para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio, verificou-se a apuração dos votos dos nomes dos Senhores Deputados EDUARDO BAGGIO e ORLANDO PESSUTI, respectivamente para Presidente e Vice-Presidente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito o Senhor Deputado EDUARDO BAGGIO, agradeceu aos Senhores Deputados Membros da Comissão a confiança nele depositada. O Senhor Presidente determinou que as reuniões serão às terças-feiras, e de acordo com existência de matéria. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, demais Membros e por mim, Rubens Bremer.

(aa) Deputado EDUARDO BAGGIO

Presidente

RUBENS BREMER

Secretário